

# **Realizações e Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil**

# **PSDB**

**Fernando Henrique Cardoso,  
Senador Teotônio Vilela Filho e  
Senador Lúcio Alcântara**

## Sumário

Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso .....	03
Discurso do Senador Teotônio Vilela Filho, Presidente Nacional do PSDB.....	21
Discurso do Senador Lúcio Alcântara, Presidente do Instituto Teotônio Vilela.....	29



## **"Realizações e desafios de um programa social-democrata no Brasil".....**

Presidente Fernando Henrique Cardoso

Bom dia a todos. Tenho aqui uma longa nominata, a começar pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati, que não estou vendo. Ah, está aqui, logo na minha frente, me vigiando. Senhores ministros de Estado, senadores, deputados, prefeitos, empresários, filiados ao PSDB, senhoras e senhores. É uma satisfação estar aqui com vocês mais uma vez.

Eu queria fazer uma exposição mais ou menos organizada a respeito de questões que, me parece, são cruciais neste momento para o PSDB e para o Brasil. Claro que eu sou presidente da República, e não perco essa condição. Mas sou membro do PSDB, e quero ter essa conversa mais como membro do PSDB do que como presidente da República.

Nós, quando fundamos o PSDB, tivemos uma série de discussões importantes sobre os rumos do Brasil e sobre as propostas do novo partido. Acho que nós precisamos retomar essas discussões, e com mais profundidade. Eu me recordo de uma dessas discussões havidas no Hotel Nacional, em Brasília, com a presença de muitos que estão aqui – vejo Hélio Jaguaribe aqui – e de outros que não estão, mas que deveriam estar aqui, que ajudaram a formação do PSDB. Naquele momento, nós demos um balanço, vimos o que era preciso fazer com o Brasil. A idéia predominante então era de que a questão central naquele momento era definir rumo, era ter conceito, ter uma posição valorativa. Não era uma questão apenas de fazer a crítica do regime, que já estava ali se transformando. Nós estávamos no final da Constituinte, já não havia mais o regime militar. Era muito mais do que isso, era uma questão de “aggiornamento”, de tomada de posição diante de novos fatos que tinham ocorrido no Brasil e no mundo. E que era preciso ter uma posição afirmativa em termos de crença, de doutrina, se eu posso dizer assim.

De novo, agora, a questão do PSDB – um partido que nas condições do Brasil se afirma como social-democrático – é uma questão de doutrina. O que é isso? É dizer quais são os valores que estão em

jogo, o que nós temos que fazer e o que nós fizemos. A diferença da fundação é que nós hoje temos um partido que teve o maior número de votos na eleição passada, que elegeu o presidente da República, que tem uma enorme quantidade de governos estaduais, de prefeituras... Quer dizer, nós somos parte de um sistema de decisões institucionalizado.

Mas nós não podemos ser só isso. Há uma famosa frase que eu mesmo tinha sugerido, não lembro se é no manifesto do PSDB, que diz que é “longe dos palácios e ouvindo o murmúrio das ruas”. Hoje, nós não podemos dizer que estamos longe dos palácios, mas não podemos deixar de ouvir o murmúrio das ruas. E essa é uma posição nova, porque nós somos governo e nós temos, ao mesmo tempo, que ouvir a rua. Quem está no governo, diretamente, muitas vezes não. O ouvido tem muitos intermediários. Mas os militantes, não, os ouvidos são diretos. E o partido também não pode ser só o governo, só o palácio, mesmo quando está no governo. Porque ele se perde se ele não for realmente mais do que isso, se ele não expressar um movimento que é o movimento da sociedade. Hoje nós não podemos fugir do fato que nós temos responsabilidade de governo, em nível nacional, em nível estadual e em nível municipal.

E nós temos que assumir certas responsabilidades. Eu assumo responsabilidade pessoal, se quiserem, pela parcela que me toca, pelos erros e pelos acertos. Mas nós temos que evitar uma espécie de auto-indulgência, porque eu acho que a auto-indulgência não é boa conselheira. Quando eu falo como presidente da República eu não posso estar falando disso. Eu tenho que falar com o Brasil. Então tenho que ter uma atitude sempre de defesa, não posso abrir brecha. Agora, quem está na militância não pode ter essa atitude, permanentemente, de não ver. Não pode aceitar a desculpa fácil. Não pode, portanto, ter uma posição de auto-indulgência.

O que não quer dizer que nós devamos também ter uma posição de permanente suplício, e fazer de conta que, não, está tudo errado com isso, que não tenho nada a ver com isso. Nós temos a ver com isso, nós estamos fazendo as coisas, temos que ver o que fizemos de errado, o que fizemos certo, não temos que ter auto-indulgência. Mas também não temos que ser dados a gostar de apanhar. Um partido não pode gostar. Tem que avançar, tem que lutar, tem que assumir. Senão, não vai para a frente. Partido para ir para a frente tem que ter posição clara, defender claramente o que estiver certo.

O que estiver errado, não.

Quando nós fizemos o PSDB, quais eram nossas questões principais? Nós tínhamos a questão da democracia, que tinha que ser consolidada. Nós tínhamos que fazer com que o Brasil voltasse aos trilhos do desenvolvimento. E nós tínhamos que fazer as reformas necessárias para conjugar o desenvolvimento econômico com a justiça social. Era esse o miolo da nossa questão. Nós temos que dar um balanço nisso. Fizemos isso? Consolidamos a democracia? O que é que falta? Repusemos o Brasil no trilho do desenvolvimento? O que é que falta? E a justiça social, o que é isso? Os excluídos, e os incluídos também, nós fizemos, não fizemos? Acho que temos que avançar bastante nessa direção.

É claro que consolidar a democracia, nós, enfim, lutamos por consolidar. Democracia não é fruto só de um partido. É uma aspiração nacional. Tem muitos partidos e não-partidos. A sociedade quer democracia, e eu acho que nesse aspecto houve um avanço enorme. A sociedade brasileira hoje é democrática. O que não quer dizer que seja igualitária, nem que dê oportunidade para todos de maneira igual. Mas, do ponto de vista de liberdade, aqui há liberdade, e isso é bom. Eu estou no final do quinto ano do governo e podem dizer uma porção de coisas do governo, menos uma: que não haja liberdade. Liberdade de imprensa, de movimento, de crítica, até quase ao insulto pessoal. Isso é recebido pelo presidente, pelo partido, com tranqüilidade. Com compreensão histórica. Tranqüilidade, não, que dá raiva. Mas com compreensão histórica da situação, o que é importante.

Mas, quando nós falávamos em consolidar a democracia, nós não estávamos nos referindo simplesmente a essas questões. E nem sequer apenas à questão da formalização da democracia, porque essa já havia. Eleições, respeito ao voto, é claro que havia. Parece que esqueceram agora até do último grito antidemocrático que era o “fora FHC”. Esqueceram ontem. Enterraram. Foi bom, não para mim, foi bom para eles, porque é tão atrasado, é tão contrário ao sentimento democrático que não tem sentido.

Mas isso já havia, esse sentimento de democracia institucional. Já havia um começo. Nós nos referimos a outras coisas também. É que nós tínhamos que lutar contra a praga tradicional da fisiologia e contra a “moderna” praga do corporativismo. Nós tínhamos consciência disso. Essa questão é uma questão séria. Estamos dentro de uma batalha séria para liquidar com essas pragas que não são fáceis de

serem liquidadas. E o PSDB não pode abrir mão disso. Isso não é retórica, isso é coisa concreta. Coisa concreta significa o seguinte: evidentemente, a máquina de clientela é ampla. Não é só no Brasil. Ninguém vai ignorar que em qualquer sistema de poder há uma certa clientela. Já há a definição clássica do Weber (Max Weber, sociólogo austríaco): “o butim do Estado”. Tem que haver nomeações. Você tem que levar os seus. Mas isso não pode ser o objetivo, não pode ser o critério único e não pode deixar de estar subordinado aos outros critérios: do interesse nacional e da competência.

É difícil lutar contra isso. Houve avanços, não suficientes. Há exemplos concretos de avanços nas áreas da educação, da saúde, na área da reforma agrária. Ainda existem resistências fisiológicas? Existem. Mas nós estamos lutando. É cotidiano. E não pode fazer gritaria dessa luta porque se você fizer você perde a luta. Mas o PSDB tem que ser o esteio disso. Não pode ser parte da fisiologia. Eu não estou aqui dizendo que um partido vai para o governo e seus membros não devam assumir responsabilidade de governo. Devem. Precisam. Mas o critério não pode ser por ser membro do partido. Tem que ser da competência - e da probidade, que é o óbvio. Esta luta eu acho que o PSDB não pode deixar de lado. Porque isso para o país, para o povo, se confunde com a moralidade. E quem paga o preço sou eu, mas no momento seguinte é o partido todo. Porque, ou nós temos um traço distintivo - e aí entra a questão da ética - ou tem esse traço distintivo e considera como coisa fundamental, ou não avança.

Ora, um partido como o nosso, que sabe que para governar o Brasil nós precisamos de alianças, não pode ser um partido que repila alianças nem pode ser um partido que repila a distribuição de posições no governo. Mas ele próprio tem que ser o fiador dessas alianças e tem que ter uma atenção constante para evitar que isso se transforme em uma luta sem limites.

Fisiologia é coisa velha, coisa tradicional, de máquinas antigas de poder. São assim, pensam que indicar alguém para um lugar vai dar voto. Vai dar dor de cabeça. Uma ilusão brutal. Mas pior do que isso é o corporativismo. Porque isso é uma força nova, da sociedade contemporânea. O PSDB tem lutado contra isso. E tem que continuar lutando contra o corporativismo. Eu me lembro que num dos discursos que fiz, quando saía do Senado, disse que o fundamental era que tomássemos as decisões olhando o interesse geral. Qualquer interesse particular que se contrapusesse ao interesse geral deveria ser afastado

em nome do interesse geral. O corporativismo é justamente o oposto disso. É olhar o interesse da parte como se fosse mais importante que o do todo. E essa força é enorme no Brasil. Não é só sindicatos de trabalhadores. De empresários também. Não é o “lobby”. O “lobby” são interesses legítimos. A transformação do “lobby” como se fosse bandeira política – e você tem o interesse da parte como se fosse do todo – é que complica. Porque quando a parte se apresenta como parte, então ela é legítima, está puxando o que é seu. Quem vai cuidar do interesse geral é o Estado, é o partido, é o governo é que tem que dizer pode, não pode, está bem, está certo, está errado, cedo, não cedo. Quando isso vira bandeira geral é um perigo.

Essa é a maior dificuldade que nós temos hoje. É que o interesse particularista, corporativo, é apresentado como se fosse geral e impede que as políticas que realmente interessam à maioria sejam efetivadas. Porque os que estão incrustados no aparelho do Estado têm defesas corporativas e primam sobre os interesses gerais. Eu acho que nós devemos continuar nessa luta. Eu sei que no Brasil a democracia implica nisso, em termos coerência e competência para levar essa luta.

Agora, esse não foi o nosso único problema nem o único déficit. Digo nosso, não do PSDB – é uma situação política brasileira. Há que ir mais longe nisso. Nós sempre tivemos a bandeira do parlamentarismo. Eu continuo acreditando no parlamentarismo. Não estou propondo – nós perdemos duas vezes, perdemos recentemente. Não estou propondo. Mas nós temos que examinar com muita liberdade de espírito o sistema político brasileiro. Não podemos deixar postergar decisões importantes sobre o sistema político brasileiro como estamos deixando. Por interesses menores, corporativos, fisiológicos ou de interesse local ou partidário. Se não tivermos coragem para tomar decisões sobre o sistema político institucional brasileiro, nós vamos ter dificuldades sérias para governar.

Eu estou governando há alguns anos com uma base enorme, cuja maioria é de geometria variável, depende da questão que é posta à mesa, e essa maioria não se forma a partir dos acordos partidários. Porque os partidos continuam não tendo capacidade de controlar efetivamente o comportamento dos seus deputados. E a sociedade não controla tampouco. E se eu falo de um partido que é o PSDB, que pelos índices de votação no Congresso é um dos que tem mais comportamento consistente, não é uma crítica ao PSDB. É uma crítica ao nosso sistema político.

Se não vamos falar de parlamentarismo, pela derrota eleitoral, do que vamos falar para dar governabilidade? A governabilidade não depende só do governo. Não é um governo que toma uma diretriz liberal-democrática, ou conservadora. É uma sociedade que se organiza para que o sistema decisório, em seu conjunto, possa funcionar. É um conjunto de instituições, de forças que se organizam, que permite levar para determinada direção a sociedade, que permite que as decisões que se tomam sejam encadeadas.

Será que não temos que pensar na governabilidade? Nos tempos difíceis, na crise dos anos 80, do governo Collor, não se falava de outra coisa. E depois o tema saiu. Por quê? Porque, com o nosso governo e os nossos aliados, se viu que nós demos ao país a capacidade de seguir uma direção. Via-se que as decisões tomadas tinham um certo rumo. Uns gostam e outros não. Continua tendo rumo. Mas esse rumo não está assegurado por um conjunto de instituições enraizadas na sociedade, que nos permita dizer que temos futuro, não digo quanto à democracia formal, mas quanto à capacidade de a sociedade produzir resultados que levem a uma certa direção.

De uma forma ou de outra, o PSDB tem que voltar a discutir esse problema com a sociedade. Isso implica em tudo, sindicato, Igreja, mídia, famílias... É mais do que o governo. Aqui no Brasil, muitas vezes me dá a impressão de que as pessoas ainda estão em outra época, como se o governo sozinho pudesse assegurar a governabilidade. O governo não é único que atua nesse assunto. Quando se vê o Brasil lido pela imprensa ou ouvido nos discursos, é um Brasil que tem dois atores: o governo e o resto. O quê é isso? Não é possível. E as instituições intermediárias? E a capacidade de uma certa coerência para que o país funcione? E a toda hora não existem situações em que o próprio presidente intervém para evitar choque institucional?

Se quiserem entrar em um assunto delicado, o Senado acaba de votar uma medida, já votada na Câmara, que muda as medidas provisórias. Vou dar só um exemplo: em quatro meses está trancada a pauta do Congresso, porque as MPs daqui por diante valem por dois meses renováveis por mais dois. Se o Congresso não toma uma posição, tranca a pauta. Quer dizer que o presidente vai fazer a pauta do Congresso. Porque na dinâmica da sociedade contemporânea – uma, duas, três MP por semana – vai trancar a pauta do Congresso. Isso é mais democrático? É por aí que se resolve essa questão? Ficou um braço de ferro, como se o presidente fosse um autoritário. Então tem

que submeter tudo ao Congresso Nacional. Tudo bem, eu concordo. Mas esse mecanismo, quem pensou nisso? Na praticidade da decisão. Foi aprovado, com aplausos. Porque estão limitando o poder do presidente? Não, estão limitando a capacidade da sociedade de ser governada. Porque não é o presidente que governa a sociedade. É o conjunto. Eu não sei a solução também, porque do jeito que está não pode. Como é hoje, não pode. Eu dei um exemplo que eu sei que é delicado, que confronta o presidente com o Congresso, mas não se trata de nenhum dos dois, é o Brasil. Como governa-lo? Temos que pensar nisso, nesses mecanismos.

Querem outro assunto polêmico? Me pediram para não falar de assuntos polêmicos, mas eu só gosto de assuntos polêmicos. Não estou falando como presidente. Então vamos para a polêmica. No Congresso eu sempre polemizei. Nós estamos discutindo a reforma tributária. A questão central não é técnica. A reforma tributária é uma questão fundamental da estrutura do Estado. A espinha dorsal da Federação e do Estado. Cadê a numerologia? Quanto vai dar? Quem sabe? É preciso discutir isso. Porque isso não vai dizer respeito ao meu governo. O efeito vem depois. Há cinco anos este assunto deveria ser decidido. Não foi, porque é difícil. Mas por que colocar de novo na Constituição coisa que é da lei ordinária. Para que constitucionalizar imposto? Nós vamos de novo colocar na Constituição detalhes de imposto? E quem governa depois? Tanto faz para mim. Eu não entendo de imposto. Pago, de mau gosto, como todo mundo. Eu não entendo de imposto. Entendo só um pouquinho, pois fui ministro da Fazenda. Agora, porque botar na Constituição detalhes de imposto? Porque não dar mais liberdade ao país. Dar as regras gerais do sistema de impostos. Mas por que desconfiar que amanhã a União vai tomar mais de estado tal? Vamos dar mais flexibilidade. Eu acho que nessa matéria o PSDB precisa trabalhar pensando em termos políticos.

Enfim, nós não consolidamos a governabilidade. Nós consolidamos a democracia, no sentido da liberdade, das eleições. Mas a governabilidade, não. Acho que o PSDB tem que tomar a frente e falar com o país com a liberdade que eu não tenho mais. Hoje estou tomando algumas que eu não tenho mais. Mas o partido tem liberdade. O partido não é o governo. Deve falar com a sociedade, levantar essas questões.

Já que estamos na moda, vou usar uma expressão: temos que “radicalizar a democracia”. Outro dia ouvi o Genoíno falando disso.

Achei ótimo. Não era neoliberal quem falava nisso? O que é radicalizar a democracia? Primeiro, expurgar esses sentimentos autoritários que ainda existem em certos setores da sociedade que não respeitam as eleições, as regras etc., querem ganhar no tapetão. Mas é muito mais do que isso. É de novo a governabilidade. Não dá para governar uma sociedade complexa como é a brasileira se não houver canais amplos de participação. Como é que se faz isso? Vejamos a questão da educação ou da saúde. O que estamos fazendo na saúde? O ministro Serra deve explicar melhor do que eu. O destino dos recursos do SUS é crescentemente discutido nos conselhos de saúde. O PT fala tanto do orçamento participativo. Vá ver o quanto eles dispõem lá do orçamento participativo efetivamente. Um pouquinho de dinheiro. O nosso é quase tudo. Educação, saúde, reforma agrária, são bilhões e bilhões. Esses recursos passam para os Estados, municípios, e requerem que se criem conselhos para discutir sua distribuição. E nós estamos fazendo isso e ficamos vendo os outros dizerem que é preciso fazer orçamento participativo. Por que o PSDB não grita que estamos fazendo isso? Radicalizar a democracia é isso: aumentar os mecanismos de controle social sobre as decisões.

Aumentar os canais é difícil. Porque o grau de consenso da sociedade é desigual. O grau de educação média ainda é baixo. Nas áreas sociais nosso esforço é esse. O Pronaf não existia. Agora dispõe de R\$ 3,5 bilhões, atendendo um milhão de pessoas. Há conselhos, cursos com dinheiro do FAT para formar gente para participar do Pronaf. Isso é que é radicalizar a democracia. São atos. Só que nós não falamos o que estamos fazendo com as palavras certas. Estamos aumentando a participação, radicalizando a democracia. Estamos tentando, porque não é fácil. E não é uma coisa que o governo faça, é a sociedade que tem que fazer também. Nós temos que assumir que estamos tentando fazer, e em algumas áreas estamos fazendo. Espero que os ministros Serra e Paulo Renato detalhem à tarde o que é isso. Quais são os mecanismos, como se faz a distribuição efetiva de recursos, de responsabilidade, de definição de prioridades, de uma maneira mais ampla. Isso no que diz respeito à democracia, e eu poderia ficar aqui falando o tempo todo, porque eu gosto de falar sobre esse tema.

Outro compromisso que nós temos é retomar o crescimento. Nas nossas discussões nos anos 80, na formação do PSDB, havia outra discussão, sobre a inflação galopante. Mas isso era tão habitual, que nem se discutia muito a questão. Mas havia. Nós tínhamos muito a consciência da necessidade de orçamento equilibrado, essas coisas.

Era óbvio que isso tinha que ser feito. E eu acho que o PSDB contribuiu muito, não foi sozinho, foi o país. Mas nós ajudamos. Ganhamos de novo da inflação este ano. Temos que valorizar isso. No começo desse ano previa-se que o fim seria catastrófico. Agora estou felicíssimo, porque a discussão é se a inflação chega a 8,2%, 8,3%, 8,5%. “Mas presidente, não está muito alta?” Está muito alta, sim, mas estamos discutindo vírgula. Acho ótimo. Tem que discutir mesmo. Temos que apertar mais. Mas, enfim, deixa para lá.

O que nós tínhamos era outra tarefa. É que nós estamos saindo de uma época em que havia muita desordem, por causa da inflação. O Estado era um queijo suíço, esburacado, incapaz de agir. Posso garantir que o Estado herdado pelo presidente Itamar Franco do presidente Collor era um Estado esburacado. Então, nós tínhamos que reconstruir o Estado.

A nossa cabeça toda estava feita pelo modelo de uma industrialização por substituição de importações. E nós já estávamos num mundo globalizado e tínhamos que enfrentar o que chamamos de desafio de inserção competitiva na economia internacional. Disso não havia experiência, havia preconceito, havia desinformação. Não imaginávamos que fosse possível. Não obstante o PSDB talvez tenha sido o primeiro partido que desenhou a possibilidade de o Brasil se redefinir nessa direção. Eu me lembro de uma parte do programa que discute a necessidade do capital estrangeiro. Até então era anátema: capital estrangeiro era igual a imperialismo que quer evitar o desenvolvimento, logo, somos contra. Era essa a visão. Nós definimos, depois de muita discussão, que era necessária a participação do capital estrangeiro. E dissemos que era preciso privatizar. Vocês sabiam que dissemos isso, lá em 1988? Agora dizem que o governo é neoliberal, que o presidente esqueceu o que escreveu. Eu nunca esqueci o que escrevi nem nunca disse essa frase. Nós dissemos que era preciso privatizar.

Era preciso fazer uma profunda modificação nas estruturas obsoletas do Estado. Aqui está o doutor Hélio Jaguaribe, eu não me esqueço, que dizia na época que o Estado era desinvestidor líquido. Era. O Estado no passado era investidor, ele pegava a poupança, tinha essa capacidade, e fez a Eletrobrás, a Petrobrás, e eu aplaudi e aplaudiria de novo se as circunstâncias fossem as mesmas. Só que nós estávamos diante de um Estado quebrado. Então me recordo, quando fui ministro da Fazenda, que vim pensando no avião o que dizer, eu disse: temos três tarefas a cumprir, inflação, inflação, inflação – acabar com ela. Aí me perguntaram sobre privatização e eu disse:

“Não, essa questão não é ideológica, é prática”. Como é que se faz crescer uma economia se o Estado está despoupando, não tem onde investir, e a economia precisa de investimento? Tira de onde? A acumulação passou a ser privada. Ou se faz a acumulação privada vir para um setor produtivo ou o país pára. Precisa-se de R\$ 5 bilhões por ano no setor de energia elétrica outro tanto para petróleo. Vamos tirar de onde? Não existe. Para fazer investimento você põe dinheiro, não título público. De onde é que tira? Bom, isso o PSDB eu acho que viu.

O controle da inflação é só um começo. O objetivo de um governo não pode ser só controlar a inflação. Temos que manter a dinâmica da economia. Será que nós fizemos? Eu acho que alguma coisa nós fizemos. Houve uma expansão do mercado interno. Não só por incorporação dos mais pobres, as linhas de pobreza, aí depende de como o técnico defina: incorporou 15 milhões, 20 milhões de pessoas. Não importa. O que importa é que incorporou muita gente com o controle da inflação. Não foi só isso, aumentou também a capacidade de consumo. Veja o chamado consumo da linha branca, de bens duráveis. Esses últimos cinco anos foram de profunda transformação, para melhor, na parte de consumo. Isso vem em parte como fruto do que o PSDB propôs e que o governo, coerente com o partido, fez: aumentar os investimentos, fazer as privatizações, controlar a inflação etc. No que diz respeito à indústria, a importação de bens de capitais mais do que triplicou de 1992 a 1998, isso tendo como consequência ganho de produtividade. O ganho de produtividade médio entre 91 e 97 foi de 3,3% ao ano. Isso é mais que nos países desenvolvidos, em média. Isso é que permitiu criar a riqueza, que permitiu combater a inflação. Não foi só a âncora cambial. Houve um forte aumento de produtividade.

Agora, depois da desvalorização cambial, nós conseguimos controlar a inflação e até fazer um outro tipo de substituição de importação, positiva nesse caso. Não é fechando barreira, mas é permitindo que houvesse essa expansão que está havendo. É preciso dizer também que a taxa de formação bruta de capital fixo (investimentos) cresceu. Hoje, partindo de cerca de 13% no início da década, está em 18,5%, na direção de 20%. Isso é o que garante o crescimento. Supondo que seja 20%, que o PIB seja de US\$ 800 bilhões, então dá cerca de US\$ 160 bilhões. Como o investimento é 18%, dá US\$ 150 bilhões. Desses, o investimento produtivo estrangeiro direto é mais ou menos US\$ 25 bilhões esse ano. O resto é daqui. “Ah, sucatearam a indústria”. Mas que bobagem! É o contrário! “Desnacionalizaram a indústria”. Não, a indústria internacionalizou-

se. Uma parte da daqui vai lá para fora também, e o mercado será mais amplo. Poderia ter sido melhor? Poderia, com mais atenção aos nacionais, não tenho dúvida. Agora, que houve um processo grande de transformação do parque industrial brasileiro, que permite que o Brasil hoje possa entrar no próximo século olhando para frente, isso eu não tenho dúvida.

Agora, não é só isso. Houve investimento, houve perdas, houve muita coisa errada, muita coisa certa etc., mas por trás disso há algo mais importante. Primeiro é que nós conseguimos repor o Estado em condições de funcionar. Não está uma maravilha, mas hoje o Estado funciona. Eu me referi ao fato de que nós estamos modificando as áreas tradicionais, onde havia muita fisiologia. Nós mexemos na reforma agrária; desapropriei três Bêlgicas, todo dia eu assino decretos de desapropriação – doze milhões de hectares, é muita coisa. E agora estamos incentivando a agricultura familiar com o Pronaf. Leva tempo, mas mudou a relação do Estado, ele funciona nessa área.

Na educação também, nós expandimos muito a oferta de matrícula, melhorando salário com o Fundef. O Provão deu competitividade às escolas superiores. Nós agora estamos reformando as escolas técnicas, são 99 acordos já feitos, o que é uma coisa que está revolucionando o ensino médio. Em educação houve um avanço muito grande. Pega o outro lado do Estado. Nós mudamos completamente – e estamos ainda em processo – o velho Estado. Estamos criando um Estado regulador, em vez de ser um Estado diretamente investidor no setor produtivo. Algumas agências estão aí: a Anatel, a ANP, a Aneel, nada disso existia. É uma concepção nova. São agências dotadas de poder, de independência frente à fisiologia e ao corporativismo e frente ao governo em muitos aspectos, para regulamentar o setor produtivo. O capital é privado, mas os objetivos têm que ser orientados para fins sociais e nacionais. Não é um Estado que encolhe para que o capital e o mercado mandem, porque com isso nem eu nem o partido estamos de acordo, isso seria o que chamam de neoliberalismo. Estamos organizando um Estado com competência para regulamentar. Estamos fazendo a mesma coisa nos transportes – o projeto está lá na Câmara, – nas águas, – criamos a agência de vigilância sanitária.

Nós estamos construindo um outro Estado. Estamos reformando o Estado. Uma boa parte do tempo, a reforma do Estado passou a ser confundida com a reforma da administração – iríamos cortar salários,

não teríamos estabilidade no serviço público. Isso é um aspecto menor. Nós estamos reformando o Estado mesmo, e os efeitos disso só aparecerão no tempo. Eles virão. Tem mais criança na escola, mais alimentação na escola. Caiu a mortalidade infantil, tem mais agente comunitário de saúde. Isso leva dez, quinze, vinte anos, mas nós não estamos governando com oportunismo do dia-a-dia. Por isso que eu digo: o rumo nós não perdemos.

Nós avançamos e não deixamos de manter no Estado as instituições fundamentais dele. Não privatizei a Petrobrás, e disse que não ia privatizar. Ela está competindo com outras empresas, está alavancando novos investimentos. Na questão de telecomunicações, o BNDES financia um programa para a produção de equipamentos. A mesma coisa nós fizemos com o têxtil, com calçados. Demoramos, atrasamos, todas as críticas podem ser verdadeiras. Mas o rumo não foi perdido. O BNDES hoje dispõe de uma verba quase equivalente à do Banco Mundial para apoiar essas transformações. São basicamente do setor nacional, não do multinacional. Mas essa distinção não dá para fazer a ferro e fogo, porque senão se paralisa a indústria. Deve haver uma certa ação preferencial para apoiar os nacionais. Mas não uma xenofobia que prejudique o crescimento industrial.

Nós estamos desconcentrando a indústria. Quando eu assumi o governo havia fábrica de automóvel em São Paulo e Minas. Hoje há muitas mais em São Paulo, em Minas, mas também no Rio, no Paraná, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Goiás. Têxtil e calçado eu nem falo em homenagem ao Covas. Mas está acontecendo a desconcentração da indústria. O que é bom. Mas por trás disso, o que eu acho mais importante – aí não é PSDB – é que o Brasil vem se preparando há tempos para dar um salto, na tecnologia avançada.

A Embrapa é um colosso, faz revoluções todo mês, cria novas sementes, permitiu a ocupação do cerrado. Nós temos hoje uma autonomia tecnológica no setor agrícola que, se soubemos aproveitar de maneira mais agressiva comercialmente... Melhoramos a qualidade das nossas raças bovinas enormemente. Enfim, temos química fina, tecnologia de extração de petróleo em águas profundas, somos capazes de fabricar veículo lançador de satélite, somos capazes de uma série de desenvolvimentos tecnológicos porque nós temos um sistema de ciência e tecnologia no Brasil, que infelizmente não se valoriza. Desde 1951 funciona o CNPq. Sabe quanto os órgãos principais de pesquisa dão para pesquisa no Brasil, sem contar os estaduais? R\$ 1,2 bilhão.

Ontem fui a Pirenópolis, em Goiás, onde foi restaurada uma igreja. O governador e o Governo Federal recuperaram oito igrejas. Beleza de igreja. Foi o Sérgio Motta que botou o dinheirinho das teles, para fazer a restauração. Estamos recuperando uma quantidade enorme de obras históricas, porque é preciso a identidade nacional, a cultura. Por que não juntamos tudo isso para também dizer o que está sendo feito por nós, brasileiros, com otimismo e energia?

É claro que falta fazer muita coisa. Se quisermos ver o que falta fazer em termos de entulho burocrático... O presidente toma a decisão e depois o entulho burocrático atrapalha e ela não sai. Temos que lutar contra o entulho burocrático. Quero defender a burocracia brasileira também. Temos uma burocracia de altíssima competência nos altos escalões e nos médios, mas existe uma mentalidade burocrática de “salvo melhor juízo”, você vai para cá, vai para lá e não sai nada. Temos que mexer muito nisso aí, para que possamos avançar mais. Esse programa de pequenas e médias empresas, que é uma coisa bonita, tomara que ande, mas para andar é preciso um esforço enorme. O partido pode tomar essa bandeira. Em vez de pegar “o governo não fez isso, não fez aquilo”... Não fez, não pôde fazer, vamos fazer juntos, vamos arrebentar o entulho burocrático, lutar na prática, com a militância, porque o governo não faz sozinho. Partido sem militância também não faz. Precisa haver crença e só há militância quando existe crença, crença. Aí faz.

É claro que temos ainda um trabalho enorme na questão das reformas, mas muitas avançaram. É preciso dizer com clareza: os mercados financeiros põem o sarrafo cada vez mais alto. Deixa para lá. Eles que ponham o sarrafo onde eles quiserem, nós temos é que cuidar do crescimento do Brasil. Nós já fizemos muita reforma. O Congresso aprovou muita coisa. Eu acho que, a não ser na Constituinte, eu nunca vi legislatura que tenha aprovado mais do que a do ano passado e que continua na desse ano. Aprova tudo. Estamos mudando o marco jurídico do Brasil. Em coisas mais difíceis, o Congresso aprova. O Congresso muda. É autônomo. Democracia é isso. Não adianta eu querer uma coisa e o Congresso querer outra. Ele prevalece. Na média sai bom, na média avança. Nós já aprovamos muita coisa. É preciso acabar com essa febre, com essa coisa de que se não fizer tal reforma o mundo cai. Não cai não. O Brasil está sólido. Vamos aprovar. O INSS foi uma reforma importantíssima que o Congresso aprovou, tem efeitos de médio prazo, muito boa. Estamos enfrentando a questão da previdência pública, vamos continuar enfrentando, sem frenesi. A

reforma tributária, vamos ser sensatos, vamos botar regras gerais na Constituição e deixar que o tempo ajude a recompor essa matéria, que é delicada. A do Judiciário o Congresso aprovou uma modificação importante. Então agora é tratar de baixar a taxa de juros e crescer. É a taxa de juros baixa na medida em que nós tivermos governabilidade. Quando se começa a produzir crises e a botar sarrafos altos a toda hora, é para atrapalhar. Vamos seguir nossa linha com sensatez.

Quero finalizar: Nós temos condições efetivas como nação, e o PSDB tem condições efetivas como partido, de apontarmos para o próximo século com mais confiança, e não confiança retórica e boba, mas confiança efetiva. Os que pensam que por estar havendo a globalização nós perdemos a vez na história, estão enganados. Depende da nossa política, do modo de nós atuarmos. É óbvio que o sistema internacional é um sistema assimétrico e injusto, e que é muito difícil haver mudanças. Algumas, pequenas, estão acontecendo, mas a principal aconteceu entre nós próprios: a dura lição da crise ensinou. Comecei a governar em janeiro de 95, e vínhamos de um governo em que eu já tinha um papel bastante ativo. Em dezembro de 94, houve a crise do México que atrapalhou nossos ajustes aqui. Em abril, a taxa de juros lá em cima e crise: US\$ 10 bilhões de reservas perdidos. Crise do sistema financeiro, Proer, foi a salvação da lavoura. Agora o Congresso vai lá e fez o que fez. É duro, porque o Proer foi a salvação da lavoura, o Proer realmente saneou o sistema financeiro.

Em 97, outra vez crise, e de novo medidas duras e juros lá para cima. 98, crise na Rússia, desvalorização. Com muita dificuldade, mudamos a política para nos adaptarmos aos novos tempos. Hoje nós sabemos que temos que contar muito mais com o esforço do capital produtivo nosso e que não podemos amarrar nossa política monetária e financeira a capitais de curto prazo. As nossas reservas hoje não se compõem mais de capitais de curto prazo. Isso não quer dizer que nós não tenhamos - porque tivemos - forte apoio do FMI e dos países industrializados. Se não tivessem dado o apoio que deram naquele momento, nós não teríamos passado o ano da maneira como passamos, com muita dificuldade, mas com a economia intacta. E conseguimos até baixar levemente a taxa de desemprego, a inflação controlada. Obtivemos, pela primeira vez, US\$ 41 bilhões do FMI, do Banco Mundial, do BID e de vinte países industrializados antes de quebrar, que foi a minha luta no ano passado. Se ficássemos sem reservas teríamos dez anos de paralisação, moratória e tudo isso. Mudou o FMI. Foi criado um fundo de contingência. Nós não usamos esse

dinheiro. Usamos a metade, se é que tanto, e estamos pagando. Às vezes estamos pagando até um pouquinho a mais. Mas foi importantíssimo, porque deu o ar para respirar. Não podemos ficar com esta atitude um pouco primitiva de que o FMI é o bicho-papão. E nós fizemos uma política garantindo nossa capacidade de definir a política de juros. Nós fizemos, como tínhamos feito com o Real, um ajuste que não deixa de levar em consideração a área social e a aspiração de crescimento. Isso foi feito baixando a taxa de juros.

É claro que ninguém é irresponsável. Temos que baixar olhando as condições de mercado, as condições do gasto público. Seguramos o gasto público. O compromisso feito não foi com o FMI, foi com o país, que eu fiz em setembro, no discurso do Itamaraty, quando disse o óbvio: nós não podemos deixar que a dívida interna cresça na proporção que ela está crescendo porque ela vai ficar – a de fora e a de dentro – sem condições de pagar e aí as instituições quebram. O país não pode deixar que a dívida interna ultrapasse certo nível, e não ultrapassou. Pelo contrário, seguramos e vamos estabilizar a dívida interna.

A dívida externa está negociada há muito tempo por uma proposta negociada por mim. O governo federal tem dívida externa de mais ou menos US\$ 100 bilhões e tem reservas de US\$ 40 bilhões. Portanto, a dívida líquida é de US\$ 60 bi, negociada, de longo prazo. O PIB é de US\$ 800 bilhões, US\$ 900 bilhões. Não há esse problema. Quem tem dívida externa são as empresas, porque a taxa de juros é mais baixa no exterior, é negócio para elas. O problema é a dívida interna, e é óbvio que ela deixa de crescer exponencialmente na medida em que os juros baixem. Esse é o objetivo, manter a inflação sob controle. Temos que explicar ao país o que se faz.

Ou o Brasil consegue manter essa política que dá horizonte, com o controle do gasto público e mantém uma política de controle da inflação, entre outras, ou não vamos fazer o que precisamos fazer mesmo – as nossas demandas sociais. O que precisamos fazer é muito mais. Ou o PSDB defende esse futuro, ou não temos chance de ganhar as eleições. Eu acho que a nossa questão principal é de conceito, o que nós somos e no que acreditamos. Devemos defender com força que nós somos a social-democracia. A via da decência na política, do crescimento social e econômico. Temos que dizer o que já estamos fazendo, senão ninguém vai acreditar no que ainda faremos. Temos que acreditar na nossa via. Essa é a nossa via, que é a via do futuro, para que os brasileiros possam ter uma vida melhor.

## **Realizações e Desafios de um Programa Social Democrata no Brasil**



## Federalismo e Social Democracia .....

Senador Teotonio Vilela Filho

O tema deste painel, *Federalismo e Social Democracia*, abre a oportunidade de discutirmos a contribuição substancial que o PSDB, com apenas 11 anos de existência, tem prestado a afirmação dos princípios democráticos e federalistas na organização social brasileira. E o mais interessante é que os tucanos conseguiram isso desenvolvendo uma social-democracia com características e identidade próprias, inspirada nos movimentos de centro-esquerda europeus, mas adensada no pensamento, nas experiências e nos interesses nacionais.

Na verdade, o PSDB nasceu para reunir o pensamento social-democrata que viceja no País, e transformá-lo em ação cívica com práticas partidárias e políticas diferenciadas.

Na vida partidária, ética e democracia interna como marca da identidade do partido e dos seus membros; no exercício da política, o respeito a representatividade das diversas correntes do pensamento político, refutando maniqueísmos e valorizando as alianças em favor do País e do projeto social-democrata.

O compromisso de buscar a convergência dos diferentes setores em favor do avanço político nacional, é um princípio programático do PSDB, tanto quanto sua natureza democrática. Está no manifesto de fundação do partido, que diz: “Ampla bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo; o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental e leito das mudanças reclamadas pelo povo brasileiro”.

Em qualquer parte do planeta, seria festejado o fato da social-democracia brasileira, com Fernando Henrique e com vários governadores, promover e administrar alianças que têm garantido não só a governabilidade, mas também o avanço das reformas e de mudanças fundamentais no País e nos Estados.

Em favor dessas alianças, o PSDB, o partido do presidente, abriu mão de muitos espaços. Às vezes, sacrificamos até legítimas pretensões de companheiros. Mas se fizemos isso, foi porque o que nos une não são cargos nem benesses, mas o ideário social-democrata, que prega a descentralização porque é federalista, que quer desenvolvimento para combater a exclusão, que combate privilégios para defender a

igualdade, que defende a eficiência e a moralidade administrativa porque é ético.

O que não aceitaríamos seria o desvio do projeto social-democrata e este permanece intocável. Em maio, quando realizamos nossa V Convenção Nacional, o presidente Fernando Henrique foi lá e nos conclamou a radicalizar na defesa da democracia e do projeto social e de estruturação econômica que o Governo executa. Pois é o que estamos fazendo.

Nas últimas eleições, nas quais tive a honra de presidir o Partido, o PSDB saltou de uma centena de prefeituras para 1.163 prefeitos, multiplicou seus representantes nas câmaras municipais para mais de 9.000 e nas assembleias legislativas para 3 centenas, elegeu ou reelegeu 7 governadores e formou uma bancada federal de 100 deputados e 14 senadores e renovou o mandato do presidente Fernando Henrique.

Fomos a legenda mais votada nas duas últimas eleições, em todas as regiões do País. A força do voto popular consolidou o PSDB como um dos principais partidos nacionais, de passado recente mas profícuo, de presente ativo e de muito futuro.

O que desejo afirmar é que o projeto da social-democracia não encerra-se em um governo, mas o Governo do presidente Fernando Henrique é a implantação concreta da social-democracia no Brasil. Cada etapa desse Governo tem sido um passo de afirmação do nosso ideário. A começar pela coragem de fazer as reformas e modificar o Estado.

Apesar das resistências, as reformas avançam e o Estado mudou. Isto é a primeira prova que, apesar de sua formação plural, na essência o Governo Fernando Henrique é a aplicação da social-democracia construindo um novo modelo político nacional, inserindo o Brasil no inédito momento mundial e tornando o Estado articulador do País com o sistema produtivo globalizado e promotor da democratização da cidadania.

O passado de inflação e desarticulação econômica é muito recente para ser esquecido. Se mantemos a inflação controlada e queremos o Estado cumprindo o papel de agente do desenvolvimento, não podemos desconhecer que há pouco era a própria máquina estatal o maior foco do desequilíbrio macroeconômico e a principal fonte geradora da hiperinflação.

Depois de anos à deriva, o País tem projeto. E simplificar a discussão de programas como o de privatizações em chavões

“neoliberais” ou “entreguistas”, é fazer vista grossa tanto à necessidade de expansão e melhoria dos segmentos privatizados, quanto à incapacidade do Estado em prover os investimentos para tal. Além de esquecer a importância do equilíbrio fiscal e da consistência macroeconômica para a viabilidade de qualquer programa de crescimento e distribuição de renda.

Alguns setores, talvez de olho em espaços políticos ou na manutenção de cargos atraentes, confundem o termo “estatal” com o conceito de interesse nacional. No fundo, isso não passa de mal disfarçada defesa de interesses corporativos, clientelistas e fisiológicos, conflitantes com a opção do Estado pelas demandas populares.

Se o Governo tomou como eixo a defesa da estabilidade, foi porque essa é uma premissa à retomada do desenvolvimento econômico, que por sua vez é a premissa da política de inclusão social e democratização da cidadania, que pode ser entendida como a síntese da proposta social-democrata para o Brasil do Terceiro Milênio.

Quero citar o Plano Real, com todas as letras. Não se pode desqualificar uma iniciativa que domou a inflação e devolveu à economia nacional o poder de criar possibilidades.

Se as crises obrigaram correções de rota e mesmo o sacrifício de projetos pontuais, os resultados sociais da estabilização econômica permanecem, embora haja muito esforço para desconhecê-los. A proporção de pobres na população caiu de 44% em 1993, para 34% em 1997. Mesmo depois dos abalos sofridos com as crises financeiras externas, as principais conquistas do Real se mantiveram.

Federalista, o PSDB articula sua ação nacional com os municípios e Estados, de onde também emana nossa social-democracia. Tomemos o exemplo paulista. Que valor tem para São Paulo e para o País, o gigantesco esforço do governador Mário Covas para sanear as contas e moralizar a gestão do segundo orçamento do Brasil e da América Latina?

A resposta honesta dessa pergunta trará, necessariamente, o reconhecimento do dever que tem o País em apoiar o governador Covas na sua luta contra os problemas de segurança, que ele não criou, mas que refletem todo um passado de descasos e excessos. Certamente o Estado que Mário Covas herdou não suportaria enfrentar os problemas que ora se manifestam em São Paulo, mas o Estado que ele ajustou e lidera pela força da sua probidade, vai, sim, vencer mais esse desafio.

O trabalho de Covas é a social-democracia atuante, como também é a obra do governador Tasso Jereissati, transformando o Ceará.

Imprimindo sua marca de eficiência na gestão da coisa pública, Tasso conseguiu reverter os mais perversos indicadores sociais ao mesmo tempo que ajustava as finanças públicas estaduais a níveis alcançados por pouquíssimas unidades da Federação. Com os demais governadores e prefeitos tucanos, a social-democracia segue consolidando um jeito de governar marcado pela clareza programática, pela ética e pela eficiência administrativa.

Nossas ações de transformação social não são superficiais, ao contrário, temos a coragem de quebrar os mais graves tabus que sustentaram o atraso e as políticas de exclusão. Quando afirmo que o PSDB é o partido da reforma agrária, é porque o País nunca conheceu uma política fundiária tão ampla e ousada quanto a do presidente Fernando Henrique.

O governo assentou mais de 300 mil famílias e desapropriou ou comprou 14,5 milhões de hectares de terra para reforma agrária. Isso é muito mais que a soma de todos os assentamentos feitos por todos os governos anteriores.

Outra transformação silenciosa no campo acontece pelo PRONAF, um programa de crédito com juros favorecidos para pequenos agricultores, cooperativas e associações de pequenos produtores. Os financiamentos vão até R\$ 5 mil para custeio e até R\$ 15 mil para investimentos. Esse programa, o primeiro a dar crédito bancário aos agricultores familiares, já injetou 4 bilhões de reais na agricultura, beneficiando 1,5 milhão de famílias.

A social-democracia resgatou definitivamente o binômio educação e saúde, pois o presidente Fernando Henrique retirou-o da prioridade dos discursos para a prioridade do Governo. Não por acaso, a Saúde e a Educação são pastas confiadas aos tucanos, com os ministros José Serra e Paulo Renato.

As mudanças que o ministro José Serra opera na Saúde são fantásticas. Ele está consolidando a gestão descentralizada, transferindo poder, recursos e responsabilidades aos municípios e Estados. Está ampliando o controle social, combatendo fraudes e definindo fontes regulares de financiamento das ações e serviços de saúde. Se alguns acharam ousado o compromisso de campanha do presidente de aplicar na saúde R\$ 80,00 por habitantes, é bom que se registre que no ano passado esse gasto *per capita* atingiu R\$ 115,59.

A gestão do SUS é cada vez mais aperfeiçoada e democratizada, e basta ver a instituição do Piso de Atenção Básica. Com o PAB, que trocou o número de atendimentos pelo número de habitantes como referência de cálculo para os repasses de recursos da saúde, significa estimular à prevenção e não mais a doença.

O Programa de Redução da Mortalidade Infantil, levado em parceria com a Igreja Católica nos municípios mais pobres do País, de 1995 a 1997, reduziu o número de mortes de crianças de até cinco anos na proporção de 10,4% ao ano. Ações de saúde aliadas a programas de saneamento reduziram a taxa de mortalidade infantil, que em 1990 era de 48 crianças de até um ano em cada mil nascidas vivas, para 36 crianças em cada mil. Essa taxa é ainda muito agravada pelas desigualdades regionais, o que indica nossa preocupação de inclusão social como componente indispensável à sua redução.

O Programa Saúde da Família, os Agentes Comunitários de Saúde, as campanhas de prevenção e de vacinação, são ações que estão produzindo muitos resultados e, como estas, é possível elencar dezenas de atividades e de estatísticas que comprovam a melhoria da saúde do brasileiro, embora sejamos conscientes do quanto ainda temos a fazer.

O ministro Paulo Renato promove um salto de qualidade no ensino fundamental, capacitando e remunerando os professores. Estamos próximos de erradicar o analfabetismo infantil e vamos ter todas as crianças na escola até o final do governo. O Brasil, pela primeira vez, está democratizando a educação. Programas como a merenda escolar merecem destaque, este deixou de ser fonte de escândalos para converter-se no maior programa de auxílio alimentar de que se tem notícia. São 36 milhões de refeições fornecidas todo dia de aula. Aí também está o mérito da descentralização, princípio fundamental da social-democracia.

No ensino médio, de 1994 a 1997, registrou-se um aumento de 57% no número de matrículas, um aumento quantitativo fabuloso, acompanhado de muitas medidas de aperfeiçoamento qualitativo, destacando-se o novo ensino técnico. E no ensino superior a busca da qualidade tem sido a grande preocupação, verificada inclusive nos testes de avaliação das instituições, mais conhecidos como Provão, que, da resistência e da incompreensão inicial, vai afirmando-se como eficiente instrumento de acompanhamento e aperfeiçoamento dos cursos superiores.

Temos resultados a apresentar em todas as áreas. No campo social, então, o desempenho do Governo Fernando Henrique é

inversamente proporcional às costumeiras e infundadas críticas de pouca ação nessa área. São iniciativas marcantes, como as do Comunidade Solidária e do Comunidade Ativa, conduzidas pela primeira-dama, doutora Ruth Cardoso, cujo trabalho e postura honra todos os brasileiros, particularmente as mulheres.

Com avanços como a aplicação da Lei Orgânica de Assistência Social, todos os idosos e pessoas pobres portadoras de deficiência passaram a ter direito a renda mensal mínima equivalente a um salário mínimo. O número de beneficiários é crescente, hoje são mais de um milhão, para os quais se destinam gastos anuais de R\$ 1,5 bilhão.

Aos benefícios da LOAS, some-se programas como a bolsa escola e as 6 milhões de aposentadorias rurais e teremos o maior programa de renda mínima do mundo. Essa é a marca da Social Democracia no Brasil.

Na verdade, o Governo tem feito muito, mas parece haver um colapso de informações que faz omitir à opinião pública importantes ações federais.

Em Arapiraca, no agreste de Alagoas, conversei com pessoas qualificadas como formadores de opinião. Pois bem, elas foram capazes de comentar sobre a construção do gasoduto que leva gás da Bolívia para o sudeste, mas não percebiam que o presidente Fernando Henrique atendeu Arapiraca na sua reivindicação mais grave e antiga, o abastecimento de água de toda a cidade.

Ora, se o Governo é capaz de comunicar no agreste alagoano suas realizações no sudeste do País, mas não consegue prestar contas aos moradores dali das ações que realiza em sua própria região, temos um sério problema de comunicação.

Esse problema se repete por todo País. E quanto mais avançamos com as ações descentralizadas e mais corretamente chegamos às comunidades, em parceria com os Estados e Municípios, menos crédito vemos atribuído ao Governo Federal. Este problema muito contribui para os baixos índices de aprovação do Governo ora verificados e precisa ser corrigido.

Voltemos a questão da Social-democracia.

Seja pela prática partidária ética e democrática, pela atuação parlamentar propositiva e reformadora ou pela execução de políticas públicas que fazem o Estado menos paternalista e mais promotor da cidadania, o PSDB afirma a social-democracia brasileira que, ainda tão jovem, já expõe realizações que a credenciam como a melhor proposta para o Brasil do terceiro milênio.

1999 foi o ano da provação do Real, mas o Brasil venceu. O impacto da mudança cambial não trouxe a inflação de volta, que deve fechar o ano em 8%. Não houve abalo do sistema financeiro nem as previsões de queda de 6% no PIB se consumaram, embora a taxa de crescimento deva ficar próximo de zero. Não desconhecemos os custos disso, mas o País não sucumbiu e está pronto para crescer novamente.

Para manter a oferta de empregos em compasso com o crescimento da população economicamente ativa, o Brasil precisa crescer em torno de 5% ao ano na próxima década.

Para a social-democracia brasileira, fazer o Brasil crescer não implica apenas na recuperação econômica, mas, como já disse, pressupõe o combate à exclusão social.

As desigualdades sociais e regionais sustentam-se em base secular, mas nunca o País avançou tanto no seu desmonte quanto nos últimos 5 anos. Os tucanos não esquecem e não se conformam com a existência neste País cerca de 15 milhões de brasileiros vivendo na indigência, sem renda sequer para comprar a cesta básica.

As áreas rurais continuam muito pobres e, tendo apenas 20% da população, abrigam 38% dos indigentes. O Nordeste continua sendo a mais pobre das cinco regiões brasileiras, com apenas 30% da população do País, mas com 58% dos seus indigentes. A renda no Nordeste rural é de apenas 29% da média brasileira.

Nos indignamos com o fato do Brasil entrar no Terceiro Milênio com mais de 15 milhões de analfabetos com idade superior a 14 anos. E que doenças coloniais como a esquistossomose e a malária ainda ameacem milhões de brasileiros.

Estes são os desafios que reconhecemos e são para eles que a social-democracia brasileira guarda sua atenção e seus esforços. Rusgas ideológicas como a dicotomia entre esquerda e direita, se insistem em não deixá-las no passado, então que se deixe para depois, para um tempo em que todas as nossas crianças tenham um lar e um futuro, em que a cidadania seja um bem real e não apenas um direito de todos os brasileiros.

A social-democracia constrói hoje, no presente, o futuro que projeta para esse País. Agora a hora é de ir em frente. Ao lançar o *Avança, Brasil*, o presidente Fernando Henrique deu o sinal que a Nação esperava e juntos vamos fazer do ano 2.000 o ano do crescimento do Brasil.



## O Novo Estado Social .....

Senador Lúcio Alcântara

Assistimos, nos últimos anos, a uma retomada da iniciativa política, por parte de partidos e movimentos identificados com a esquerda do espectro partidário, nos Estados Unidos e em alguns dos principais países da Europa. Após, anos, mesmo décadas, de predomínio de coalizões conservadoras, gerenciando políticas chamadas genericamente de “neoliberais”, partidos identificados com a social-democracia retornaram ao poder na Itália, França, Inglaterra e Alemanha. No contexto norte-americano, a volta dos democratas, após 12 anos de presidência republicana pode ser visto hoje como o indicador primeiro dessa mudança no voto dos países desenvolvidos.

Tão significativo quanto a guinada em si é o fato de todos esses partidos, ao menos no continente europeu, haverem passado por um período de debate interno que redundou em importantes redefinições de rumos e estratégias. Lembro o processo por que passaram o Partido Comunista Italiano, que culminou com a alteração inclusive de seu nome e símbolos; o Partido Socialista Francês que, obrigado a uma correção de política ainda no exercício do poder, não conseguiu evitar a vitória da direita nos últimos anos da presidência Mitterand; o Partido Trabalhista na Grã-Bretanha, que alterou drasticamente sua plataforma no período imediatamente anterior ao sucesso eleitoral; assim como o debate travado no seio da social-democracia alemã, agudizado, no momento posterior à vitória eleitoral, pela responsabilidade com a manutenção da coalizão governante.

Em todos esses casos, vemos uma nova agenda impor-se aos partidos da esquerda, que dela não podem escapar: devem necessariamente dar resposta às questões de novo tipo, seja para chegar ao governo, porque os eleitores demandam um posicionamento prévio ao voto, como ocorreu exemplarmente no caso britânico, seja para governar com um desempenho minimamente satisfatório, como foi exigido dos socialistas franceses antes do último interregno conservador.

Essa constatação, de a mudança ou atualização programática ser condição da vitória sobre o neoliberalismo, levou ao debate teórico e político sobre o surgimento de uma terceira via, distinta das políticas

de inspiração liberal, esposadas pelo conservadorismo, mas diferente também da política de esquerda de cunho tradicional. A questão fundamental é: encontramos-nos diante de uma mudança de âmbito profundo, que condena de antemão as velhas políticas de esquerda ao fracasso, ou tudo não passa de ondas superficiais, que, embora amplas, não expressam mais que o desencanto, cíclico, do eleitorado com os governos de ocasião?

Essa a questão que pretendo aqui discutir, nos limites que o escopo de um artigo permite. Para tal, creio ser necessário uma breve análise histórica que possa esclarecer as características principais da esquerda de velho tipo, as razões de sua debacle face a ofensiva liberal dos anos 70, e a necessidade, a meu ver premente, de prosseguirmos na construção de um movimento de idéias e de partidos que assuma as bandeiras características de uma terceira via, capaz de enfrentar no campo político as correntes identificadas com os novos conservadores.

É sobejamente conhecido o impacto que o sistema capitalista de produção, apresentado ao mundo pela revolução industrial, causou, no plano da ação política e dos sistemas de pensamento. Na política, mostrou-se afim a um Estado profundamente diferente das monarquias absolutistas então vigentes:

democracias liberais, embora de feição restritiva quanto à extensão dos direitos políticos, sob um aparato monárquico ou republicano. Uma ordem política, no entanto, constantemente perturbada pela ameaça de insurreição dos excluídos da participação, majoritariamente os operários urbanos.

No plano do pensamento o impacto foi igualmente profundo. Tornou-se evidente o caráter mutável das sociedades humanas, o cerne conflituoso da relação de classes que estruturava a nova sociedade, assim como o surgimento de todo um rol de problemas especificamente “sociais” a exigir remédio. Para citar apenas dois de seus efeitos nesse plano das idéias, de conseqüências absolutamente díspares, o capitalismo produziu quase simultaneamente a sociologia e o socialismo.

Interessa-nos aqui a reação socialista. Tão evidente quanto o crescimento na riqueza que a nova ordem propiciava, era o incremento concomitante da miséria, do desemprego, no rastro das crises econômicas periódicas que o funcionamento caótico do mercado produzia. O sistema parecia desencadear forças econômicas que escapavam a seu controle e era visto como inerentemente caótico,

conflituoso e irracional. Não é de espantar que imediatamente hajam surgido movimentos organizados de oposição a ele.

Apresentavam os primeiros socialistas, ditos utópicos pelos marxistas posteriores, diretrizes que permaneceriam por longo tempo no ideário da esquerda: a profunda desconfiança dos efeitos perversos que o mercado, deixado à solta, era capaz de produzir, e a proposta de sua substituição por uma organização racional dos produtores. Na visão desses predecessores, a criação de comunidades, separadas das sociedades maiores, seria suficiente no longo prazo, para fazer triunfar o novo sistema. Sua superioridade econômica e social seria tal que a nova sociedade propagar-se-ia por efeito demonstração.

A esquerda que se seguiu aos socialistas utópicos incorporou as lições da Revolução Francesa e percebeu a necessidade da ação política para a promoção da mudança social. Tal como o capitalismo era representado na ordem social e política pela burguesia e seus partidos, o socialismo, a ordem do futuro, superior em termos de racionalidade, dispunha também de seus soldados: a classe operária. Diretamente prejudicada pela ordem capitalista, diretamente interessada na sua substituição pela socialista, a classe trabalhadora necessitava organizar-se politicamente, em partidos autônomos. O campo em que o confronto seria decidido seria o da política. Os diferentes partidos, representando os interesses de classe antagônicos, disputariam no cotidiano da política a conservação da sociedade ou sua subversão.

Importa assinalar a radicalidade das propostas e ambições da esquerda nesse período, seja na sua versão marxista, seja na versão anarquista. Ambas as vertentes partilhavam da visão de que o caráter irracional e contraproducente do mercado era insanável e a única via possível de mudança seria sua extinção. Para os marxistas, esse processo deveria ser comandado pelo Estado forte, de novo tipo, que emergiria da insurreição operária vitoriosa. Após um período de “Estado duro”, até mesmo a nova máquina estatal tornar-se-ia obsoleta e marcharia naturalmente para a extinção. Para os anarquistas, mercado e Estado deveriam ser extirpados num único golpe, e a insurreição vitoriosa resultaria de imediato num estado de coisas em que a produção seria organizada racionalmente, por cooperativas de produtores, enquanto a política deixaria de existir “naturalmente”, dado que não haveria mais interesses opostos a exigir mediação.

Sabemos que a versão marxista protagonizou uma história de sucesso na maior parte deste século, a partir da revolução russa, de

1917. Pareceu plausível, durante décadas, o projeto de substituir a ordem capitalista, que privilegia o pólo do capital, na relação de classe fundamental, por outra, estruturada a partir do pólo do trabalho. Ainda mais considerando que os sucessos iniciais do novo regime foram expressivos. A escassez de democracia era justificada por seus partidários como temporária, restrita ao período de confronto intersistemas, mas o desempenho superior ao do capitalismo já seria perceptível. Enquanto o mundo ocidental se debatia da crise de 1929 e seus desdobramentos, a recém formada União Soviética apresentava taxas altas e continuadas de crescimento. Os progressos na direção da equalização das oportunidades de vida foram também consideráveis. Educação, saúde, emprego e conseqüentemente, um mínimo de renda, foram generalizados ao conjunto dos cidadãos. Avanços nos campos científico e tecnológico, ainda que restritos a setores não produtores de mercadorias, como o armamento e a corrida espacial, foram alcançados. Quando lançado, ao fim da década de 1950, o objetivo soviético de ultrapassar em uma década a economia norte-americana parecia possível, para os dois lados.

Sabemos hoje que todas essas expectativas revelaram-se ilusórias. O mundo soviético ingressou em um período de estagnação, a partir da década de 1960, para sofrer a partir dos 70 a pressão crescente das conseqüências da revolução científico-tecnológica que se processava nos países capitalistas. A tentativa de reforma por dentro do sistema, materializada nos processos de glasnost e perestroika, fracassou, a União Soviética dissolveu-se, e teve fim o sistema inaugurado com a revolução.

O balanço desses acontecimentos ainda está em curso. Parece claro, porém, que o fim do projeto socialista de inspiração marxista não pode ser debitado a equívocos menores, localizados no plano da tática na competição com o capitalismo. Ou seja, não é possível afirmar que decisões corretas no momento certo teriam concedido uma sobrevida ao socialismo real. Ao que tudo indica, a ausência de democracia e a incapacidade de absorver mecanismos de mercado, ou seja, o cerne mesmo do modelo, determinaram a inviabilidade desse socialismo, no mundo alterado pela revolução científico-tecnológica. Como vários teóricos apontam, o planejamento centralizado mostrou-se eficiente em ambientes de relativa simplicidade, nos quais as reações individuais eram padronizadas e, portanto, relativamente previsíveis. Num mundo em que a disseminação do conhecimento converteu-se em força produtiva de primeira grandeza, a livre circulação de informações, idéias e conhecimentos passou a ser o fator de diferença.

Importa, contudo, aos fins da discussão que encaminhamos examinar as conseqüências desses mesmos acontecimentos para o projeto do outro ramo da linhagem socialista: a social-democracia.

A ruptura final entre social-democratas e comunistas ocorre com a organização de duas associações internacionais de partidos políticos no imediato pós-guerra, em resposta a posturas diferenciadas face à guerra mundial e à revolução russa. Social-democratas optaram por acompanhar os governos de seus países no esforço de guerra e condenaram as restrições à democracia impostas pelo governo soviético. *Muitas das tentativas de insurreição dirigidas por comunistas foram inclusive reprimidas por governos liderados por social-democratas ou que contavam com a sua participação.*

As raízes da ruptura, contudo, eram anteriores. Enquanto o voto se manteve restrito aos cidadãos dotados de um mínimo de renda, a via insurrecional de mudança parecia a única possível. No entanto, com os avanços do sufrágio universal no continente, com a participação decisiva do movimento operário na maior parte dos casos, a mudança mediante a via pacífica, institucional, passou a ser considerada possível. Até mesmo Engels teria afirmado, no final do século XIX, a inevitabilidade do socialismo, como conseqüência do voto universal, uma vez que tendência de a classe trabalhadora vir a constituir a maioria da população era inquestionada, na época.

O fato é que, com a extensão e importância do voto, os partidos socialistas da Europa ocidental passaram a estruturar-se de maneira a maximizar seu desempenho eleitoral. Constituíram máquinas burocráticas de peso, procuraram alianças com outras forças e, em conseqüência, incluíram em sua plataforma reivindicações de outros setores sociais que não os operários. Aliás, como a previsão de uma maioria operária nas populações desses países verificou-se apenas esporadicamente, essa tendência a tentar representar outras classes e camadas populares, como os camponeses e assalariados do setor de serviços, passou a predominar.

No processo iniciado antes da primeira guerra e finalizado nos anos posteriores à segunda, definiu-se a identidade da social-democracia. Uma primeira característica já assinalada, foi a opção pelas mudanças necessárias no interior do arcabouço constitucional democrático. O caminho exclusivo das mudanças passou a ser o voto, negando-se explicitamente a via insurrecional.

Em segundo lugar, a social-democracia manteve a desconfiança quanto aos mecanismos de mercado. Ao invés, no entanto, de sua eliminação, passou a postular sua correção, mediante sujeição à regulação estatal, seja por meio de normatização, seja por meio de propriedade estatal sobre setores inteiros da atividade econômica. A irracionalidade do mercado teria cura, não seria preciso, portanto, eliminá-lo.

Em terceiro lugar, caberia ao Estado sanar, também, as mazelas sociais causadas pelo sistema capitalista, ou seja, os resíduos deletérios da ação das forças do mercado, percebidos como efeitos colaterais ineludíveis do sistema. Tratou-se, aqui, da criação e expansão do chamado Estado do Bem-Estar Social, que se empenhou em dar a todo cidadão segurança a respeito de suas condições de vida “do berço ao túmulo”. Evidentemente, esse tipo de amparo estatal representou um enorme avanço no sentido da equalização das condições de vida.

Iniciando seu esforço de conceder segurança pela área da previdência, na Alemanha de Bismarck, no fim do século XIX, o Estado estendeu sua atividade, progressivamente, em ritmos variados conforme o país, para a saúde, a educação, o transporte, a diminuição dos riscos decorrentes do desemprego, a moradia. A segurança máxima nesses campos passou a ser encarada como direito de todo cidadão, a ser provido pelo Estado. No entendimento de um de seus intérpretes mais conhecidos, o sociólogo britânico T. H. Marshall, o Estado de Bem-Estar coroava um processo evolutivo de expansão da cidadania, que dos direitos civis espalhará-se para os políticos e dali, já no século XX, para os sociais. Na época não se vislumbrava um fim para esse processo. A equalização das condições de vida terminaria por eliminar todo vestígio de desigualdade social, sob os auspícios do Estado.

Parecia, efetivamente, que o controle cada vez maior do Estado na economia, com setores inteiros nacionalizados, e a igualdade cada vez mais intensa das condições de vida, fazia do Reino Unido um país, conforme esses critérios, socialista ou muito próximo de sê-lo, até o meio da década de 1960. O mesmo poderia ser dito dos países nórdicos até a década seguinte.

No entanto, o fim da década de setenta assistiu ao início da reação conservadora. Políticas voltadas para a diminuição do Estado, sua retirada da economia e o desmantelamento das redes de segurança construídas para a proteção do cidadão frente às conseqüências danosas do funcionamento dos mercados entraram na ordem do dia. Vitorioso na Inglaterra e nos Estados Unidos, o neoliberalismo passou

a ganhar terreno no continente europeu.

No entanto, cabe também aqui perguntar, tal como no caso do socialismo real, de fundo autoritário, foi essa onda conservadora manifestação de conjuntura, passível de ser evitada e mesmo revertida sem alterações substanciais nas diretrizes políticas da social-democracia? A meu ver a resposta é não. Penso, inclusive, que a falência do modelo social-democrata clássico responde à mesma ordem de razões que ocasionou o colapso do mundo soviético.

Quais as premissas necessárias à intervenção exitosa do Estado na economia e na seguridade social, no sentido lato? O sociólogo britânico Anthony Giddens elenca cinco dessas premissas, a seu ver fundamentais para o sucesso relativo do sistema no segundo pós-guerra. Em primeiro lugar, o modelo supõe uma estrutura familiar tradicional, famílias constituídas por casais, com os filhos aos cuidados da mulher, em casa. Ao homem cabe a provisão de recursos, conseguidos no mercado de trabalho. Esse modelo é fundamental para a definição do que seja pleno emprego, pois exclui a força de trabalho feminina, reduzindo à metade a população a ser empregada.

Em segundo lugar, é suposto também um mercado de trabalho no qual a ameaça de desemprego incide principalmente sobre o trabalhador manual, que recebe baixos salários e é capaz de encontrar outros empregos do mesmo tipo, no mesmo setor da economia ou em outros.

Em terceiro lugar, a ênfase na produção em massa, em setores importantes da economia, o que representaria uma garantia de estabilidade relativa das condições de trabalho, embora com salários reduzidos para parte significativa da população empregada.

Em quarto lugar, um Estado com nichos de burocracia especializada, capaz de monitorar as políticas públicas, econômicas ou sociais, necessárias à gerência de toda uma extensa e complexa gama de ações estatais.

Finalmente, “economias nacionais substancialmente contidas dentro de limites soberanos”. Em outros termos, elevada capacidade de os Estados nacionais de determinarem o tipo de política a ser perseguido em suas fronteiras.

Pois bem, parece claro que as conseqüências, diretas e indiretas, da revolução científico-tecnológica iniciada na década de 1970, solaparam, com intensidade variável, todo esse conjunto de premissas, retirando o solo sobre o qual se apoiava o experimento social-democrata,

de maneira similar à destruição mais evidente, provocada no mundo da órbita soviética.

O mercado de trabalho sofreu alterações profundas. O processo de mudança impulsionado pelas tecnologias de novo tipo, basicamente a informática e a robótica, indica a redução acelerada do trabalho manual e mesmo a possibilidade de sua eliminação nos países analisados. Reduz-se o número de postos de trabalho, ao tempo que aumenta sua qualificação e, também, a remuneração. Como conseqüência, o desemprego, significativamente chamado agora de “estrutural”, é mais extenso que antes e de mais difícil superação. Com a notável exceção dos Estados Unidos, a taxa de desemprego cresceu em todos os países industrializados e o retorno a uma situação de pleno emprego parece improvável. Parcelas crescentes da população de alguns desses países chegam à meia idade sem haver conseguido sequer uma inserção formal no mercado de trabalho, provavelmente, muitos chegarão ao fim da vida sem ter experimentado um emprego formal.

A produção em massa sofre uma reestruturação completa. Indústrias inteiras abandonam países e continentes, e a estabilidade das condições de trabalho evapora-se. A perda de controle estatal sobre suas políticas, resultado de uma maior interdependência global de raízes tecnológicas, acentua esse processo. Fluxos de capital de montante considerável migram ao sabor da lucratividade imediata, produzindo ondas de desestabilização que atingem diversas economias nacionais. Mesmo o capital industrial desloca-se, em busca de salários mais baixos, deixando o desemprego em seus países de origem.

Finalmente, todas essas mudanças refletem-se no plano dos valores. A estrutura familiar muda, aumentando o número de famílias uniparentais e, mais ainda o de mulheres no mercado de trabalho. O conceito de pleno emprego deve ser redimensionado, abrangendo agora a totalidade da força de trabalho e não apenas metade dela.

Qual o quadro que emerge na nova situação? O Estado perde parte de seus poderes de controle da economia, não recuperados no plano dos agregados supranacionais. O Estado do Bem-Estar Social, concebido segundo as necessidades de um mundo composto majoritariamente por homens empregados, vê aumentarem as demandas que pesam sobre si, sem acréscimo, ou mesmo com diminuição dos recursos disponíveis. O sistema torna-se ao mesmo tempo, mais caro e ineficiente. É lógico que o descontentamento do eleitor aumente e se manifeste em atenção maior para as alternativas

fáceis do neoliberalismo que pregam menos Estado, menos impostos, e, conseqüentemente, a seguridade social como responsabilidade exclusivamente individual. Assim, os obstáculos de caráter estrutural transformam-se em impossibilidade política. Daí ser necessária a mudança de modelo, a construção de uma terceira via que nada mais é que a atualização da social-democracia, de maneira a torná-la apta a enfrentar os desafios da contemporaneidade.

Recorrendo mais uma vez à obra de Giddens, destaco cinco desafios a que a nova forma de social-democracia deve dar resposta, sob pena de naufragar nos meandros das soluções antigas, não mais aplicáveis nas condições hodiernas. Em primeiro lugar, a questão central nas mudanças por que o mundo passa, a globalização. Resultado direto das inovações tecnológicas que potencializaram a rapidez e eficiência das vias de comunicação e transporte, a globalização é um processo real a impor limitações aos Estados nacionais. Em outros termos, não é uma invenção dos neoliberais, um fenômeno restrito ao mundo da ideologia, uma arma na luta entre direita e esquerda. Pelo contrário, é uma realidade nova, que se impõe a todos e redefine os termos e campo dessa luta. A recusa a encarar esse fato equivale, aliás, à rendição antecipada e é o que tem ocorrido com boa parte da esquerda tradicional.

Parece, no entanto, claro que o processo de enfraquecimento dos Estados nacionais não é absoluto e vem acompanhado da criação de instâncias de poder supranacionais, na forma de organismos que aglutinam diversos países para a consecução dos mesmos fins ou de blocos originados de interesses econômicos. São de fundamental importância para uma definição programática de uma terceira via as questões relativas à divisão de funções e poderes entre essas instâncias nacionais e supranacionais, assim como a democratização dessas últimas.

Em segundo lugar, há a considerar todo o feixe de questões vinculado ao individualismo. Refiro-me aqui à emergência de múltiplas possibilidades de construção de identidades - (regionais, étnicas, religiosas, de gênero, entre outras) - acessível aos indivíduos. Há problemas políticos derivados da reivindicação, no plano público, de direitos, em certa medida, particularistas, não generalizáveis para o conjunto dos cidadãos. A questão levanta também o problema da produção de solidariedades mais inclusivas, que ultrapassem as fronteiras dos grupos menores, solidariedade esta indispensável à consecução de qualquer plataforma igualitária, nos moldes propostos

pela terceira via. Embora a atenção da política no Brasil se encontre voltada, com justiça, para os problemas mais prementes postos pela exclusão social, (afinal, não alcançamos aqui nada semelhante à proteção estatal dispensada na Europa ao cidadão), devemos estar atentos para o fato de, nas condições contemporâneas, à medida que a exclusão social é minorada, questões desse tipo tendem a ocupar o centro do debate político.

Em terceiro lugar, a questão das novas formas de fazer política. Assistimos a um processo mediante o qual a política transborda, se assim posso dizer, os canais tradicionais de participação, os partidos políticos, e se dirige a todo um conjunto de formas não tradicionais. Movimentos sociais, na forma de ONGs ou não, participações pontuais, engajamentos intermitentes em campanhas específicas, manifestações de caráter variado, tudo isso é indicador da insuficiência dos partidos políticos hoje, em relação ao conjunto de demandas que exigem representação na esfera da política. Não se trata de abolir os partidos, mas de criar o arcabouço institucional capaz de abrigar a participação partidária ao lado da não-convencional, de acrescentar às formas da democracia representativa mecanismos de democracia direta que possam dar voz aqueles não representados, parcial ou completamente, pelo sistema partidário.

Em quarto lugar, a questão ecológica. Subestimada pelos programas social-democratas tradicionais, que, como todo o espectro da esquerda, partilhavam o otimismo iluminista quanto à virtual impossibilidade de se esgotarem-se os recursos naturais, impõe, hoje, inegavelmente, limitações de âmbito global a qualquer política com pretensões de controle sobre o crescimento e fomento à igualdade.

Uma revisão conceitual e programática dessa amplitude, já efetivada por diversos partidos ao redor do mundo, em curso ainda, em diversos outros, impõe, finalmente a questão: qual a pertinência, no novo quadro que se desenha, da antiga divisão entre esquerda e direita? Uma terceira via estruturada nos moldes apresentados constitui uma esquerda de novo tipo ou é apenas uma nova roupagem do velho e sempre presente “centro” na política?

Tomando como critério, proposto por Bobbio, da ênfase na igualdade como definidora de uma posição de esquerda, acima de todas as especificidades históricas que dão conteúdo à distinção em cada caso, parece-me inegável a localização da terceira via no âmbito da esquerda. A totalidade das diretrizes mencionadas aponta para uma redefinição do

Estado e da participação política, não para simplesmente deixar a sociedade entregue ao fundamentalismo de mercado, mas para gerar condições mínimas de igualdade ente os cidadãos.

A terceira via sabe que a prosperidade material com que o mercado acena é necessária e deve ser perseguida. Sabe também, contudo, que vem acompanhada, hoje, tal como nos primórdios da revolução industrial, por desigualdade, miséria e desemprego. Nessas condições a propalada bandeira da liberdade de autonomia individuais, empunhada pelos novos conservadores, perde significação concreta e mantém-se apenas enquanto boa intenção.

Reafirmo, portanto, para finalizar, a necessidade de nos empenharmos, nós brasileiros, de diferentes simpatias e filiações partidárias, unidos pelas idéias de que a igualdade mínima de condições sociais é necessária ao exercício da autonomia individual e de que essa igualdade não brota naturalmente do funcionamento do mercado, mas é fruto de uma construção política, em debater as condições concretas de consolidação de uma nova postura de esquerda na política nacional.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1999.

## AGRADECIMENTOS

Gustavo Guilherme Bezerra Kanffer



**Impressão e Fotolitos**  
SIG/SUL QUADRA 06 LOTES 2340/70  
TEL.: (0XX61) 344-1012 - FAX.: 344-3949  
CEP:70610-400 - BRASÍLIA-DF

**Comissão Executiva Nacional**  
**SCN Q. 04 - Bloco B - Torre C - Sala 303B**  
**Centro Empresarial Varig**  
**Cep.: 70710-500 Brasília-DF**  
**Fone: 61 328-0045**  
**Fax: 61 328-2120**  
**Email: [tucano@psdb.org.br](mailto:tucano@psdb.org.br)**

**Instituto Teotônio Vilela**  
**Esplanada dos Ministérios**  
**Senado Federal, Ed. Principal - 17º Andar**  
**Cep.: 70165-900 Brasília-DF**  
**Fone: 61 311-3566**  
**Fax: 61 226-9447**



**PS**

Senado Federal



SEN00163525